

Durante o Século XX, Portugal e as Forças Armadas Portuguesas intervieram duas vezes no teatro europeu: a primeira entre 1916-18, na Flandres, no quadro da Primeira Guerra Mundial; a segunda, a partir de 1996, na Bósnia-Herzegovina, no quadro das operações IFOR e SFOR.

Na Grande Guerra, a despeito do enorme esforço de guerra e do valor militar dos soldados do Corpo Expedicionário Português, os resultados ficaram muito aquém das expectativas. E apesar de Portugal ter desfilado na festa da vitória, sob o Arco do Triunfo, entre os vencedores, esteve longe de alcançar os seus objectivos políticos na Conferência de Paz em Versailles.

Este facto reflectiu-se longa e pesadamente sobre as opções externas e sobre o próprio pensamento estratégico em Portugal. Legitima-se e reforça-se, a partir de então, uma tradição anti-europeia e Portugal fecha-se e afasta-se da participação das grandes questões internacionais.

Esta tradição que se prolonga até ao final da década de 90 altera-se, precisamente, com a participação das Forças Armadas Portuguesas em operações de paz e particularmente nas operações na Bósnia-Herzegovina. Porém, não só as condições da participação, mas felizmente, também os resultados, seriam completamente distintos entre 1914-18 e 1996.

Se na Grande Guerra, Portugal entra com um estatuto diplomático frágil e duramente conquistado à Inglaterra, agora entra num quadro diplomático claro e definido num âmbito dos compromissos internacionais de Portugal no quadro da Aliança Atlântica.

Se na Grande Guerra, Portugal entra profundamente dividido – entre aliadófilos e germanófilos, no campo monárquico, pacifistas e patriotas no campo operário e socialista e entre intervencionistas e anti-intervencionistas no campo republicano – agora entra com um consenso político alargado dos partidos políticos – CDS, PSD e PS, excepção feita ao PCP – e segundo os inquéritos, com apoio da opinião pública.

Se na Grande Guerra, Portugal entra com um Corpo Expedicionário, em condições militares particularmente precárias, agora entra em condições quer de equipamento quer de preparação profissional, ao nível dos seus

parceiros e com anos de experiência em exercícios no quadro da NATO. Nestas condições e dado o empenhamento que a política externa, a política de defesa e as forças armadas têm colocado na participação portuguesa nas operações de paz, os resultados têm sido muito positivos para o país, seja no plano militar, seja no campo diplomático.

Ora num mundo marcado pela insegurança internacional, atravessado pela proliferação de conflitos e a necessidade crescente de gestão de crises, missões humanitárias e operações de paz, onde a presença internacional de Portugal pode ser não só possível, como provável e relevante, a reflexão sobre essa experiência portuguesa revela-se não só de extraordinária importância, mas também de grande actualidade.

Neste sentido, o objectivo deste número da Nação e Defesa que reúne algumas das Comunicações apresentadas ao colóquio “Portugal e as Operações de Paz na Bósnia Herzegovina”, procura traçar as “learning lessons” dessa presença portuguesa nos Balcãs em todos os seus domínios – desde a decisão política à acção diplomática do planeamento militar à experiência no terreno, passando pela informação e opinião pública.

É o resultado dessa reflexão que agora se dá à estampa.

*Nuno Severiano Teixeira*